



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NAS LINHAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Léia Nascimento da Silva\*  
(UESB)

Naíla Santos Lima\*\*  
(UESB)

Jakline Milena de Oliveira Soares\*\*\*  
(UESB)

### RESUMO

A Educação do Campo nasce da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e toma força a partir da luta social, perpassando todos os aspectos de construção e/ou ressignificação da identidade das mulheres e homens. Por sua vez, a luta pela valorização do educador do Campo se agarra a função social que o mesmo deve assumir ao estar inserido na escola. O texto discorre sobre a tentativa de (re)significação das Escolas Municipais do Campo, Planaltino/BA, tendo como viés a apropriação dos conhecimentos teórico metodológico, inerentes a Educação do Campo. Neste sentido, apresentamos o PROFEP/Campo (Programa de Formação Educa Planaltino) traçando um contraponto entre o Projeto de Educação Rural e a proposta de Educação do Campo, ambas dentro das contradições existentes no próprio Campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Rural. Educação do Campo. Formação Continuada.

---

\* Pedagoga e Pós Graduada em Gestão Educacional pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Mestranda Profissional em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: leia07leinha07@hotmail.com.

\*\* Pedagoga pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Pós Graduada em Educação Inclusiva e Políticas Públicas pela Faculdade de Tecnologia e Ciência e Coordenadora Pedagógica da Escola Roberto Santos, Nova Itarana/BA. E-mail: nilalima@hotmail.com.

\*\*\* Geografa pela Faculdade de Tecnologia e Ciências – EAD e Coordenadora Pedagógica do Colégio Antônio Carlos Magalhães, Santa Inês/BA. E-mail: jaklinemsn@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## INTRODUÇÃO

Por várias décadas, vimos nossos educadores relegados às condições desumanas de trabalho sem possibilidade de ressignificação de sua ação docente. Em outro extremo – quando acontecia - acreditava-se que, quando terminada a graduação, o profissional estaria apto para atuar na sua área o resto da vida. Mas, analisando o processo histórico do sistema educacional brasileiro e compreendendo que a formação humana necessita estar, a todo o momento, sendo ressignificada - porque acreditamos que “o caminhar se faz caminhando” (FREIRE, P.; HORTON, 2003) – reconhecemos que os educadores devem permanecer sempre em um processo contínuo de formação para o aperfeiçoamento da sua prática docente.

Neste sentido são grandes os desafios que o educador do campo enfrenta para manter-se atualizado, engajado e desenvolver práticas pedagógicas que contemplem a possibilidade de entendimento da realidade dos homens e mulheres do Campo. E por razões históricas, econômicas e culturais esta realidade se apresenta ainda mais complexa quando constatamos que grande parte trata-se de profissionais que possuem apenas o ensino médio completo; outros que ainda estão no início da graduação; e um pequeno contingente de educadores que possuem graduação, mas que também necessitam de formação continuada para estarem sempre mais envolvidos conscientemente no trabalho desenvolvido em sala de aula. Em outras palavras, são educadores que tem um longo período de exercício na área da docência, mas que historicamente fora negado o direito de serem reconhecidos como profissionais da educação, e conseqüentemente relegados a meros transmissores de conhecimentos.

No entanto, acreditamos que mesmo diante de todos estes desafios o educador não deve se abster de estar sempre ressignificando seu conhecimento. Como afirmara Snyders “O professor que não aprende com prazer não ensinará



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

com prazer” (1990) isso apenas reafirma o que já compreendemos: que a formação permanente (estudo, leitura e produção do conhecimento) deve ser evidente e contínua, senão o educador não irá conseguir refletir a importância da função social que este assume em sala de aula. Ainda nessa perspectiva Nóvoa (2002, p. 23) destaca que: “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente.” Em nosso entendimento a formação continuada deve se dar de maneira coletiva e depende da experiência e da reflexão como instrumentos contínuos de análise, bem como da relação construída entre escola e as pessoas que a constitui.

Pensando nisso, nos anos 2011 e 2012 a Diretoria das Escolas do Campo de Planaltino -BA, baseada nas propostas de formação continuada instituída pelo PROFEP (Programa de Formação Educa Planaltino), se propôs a realizar encontros de formação tendo em vista a abordagem de questões pertinentes à Educação do Campo em nível global e local, traçando paralelos entre uma realidade e outra. Todos os educadores encontravam-se envolvidos no processo, já que, a partir das discussões eles também apresentavam propostas didático-pedagógicas que, por sua vez eram necessárias para o cotidiano escolar. Logo, faz-se necessário a participação dos educadores nos momentos de estudos referente à metodologia proposta pelas Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, visando assim a melhor qualidade e desenvolvimento das Escolas Municipais do Campo e suas diversidades, bem como a valorização dos educadores do campo no município de Planaltino.

Para tanto, traçamos um paralelo reflexivo entre o projeto de Educação Rural e a proposta de Educação do Campo, no qual o primeiro se configura numa perspectiva da legitimação das desigualdades sociais existentes no Brasil. Enquanto que a segunda está para além de um projeto e/ou programa estanque e assistencialista, mas é antes de tudo outra perspectiva em Educação, um olhar mais



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

aguçado e comprometido com as políticas públicas efetivamente necessárias para a afirmação dos povos do Campo como sujeitos coletivos de direitos.

A educação como meio de formação e transmissão de saberes condicionantes tem como instituição gestora a família, já que esta se estabelece como primeiro pilar para o que hoje denominamos sociedade. E a família (também a educação), desde a formação das primeiras comunidades sociais – antes mesmo dos primeiros núcleos citadinos – se dá no espaço agrário, onde os primeiros indícios de formação dos indivíduos culturalmente organizados se estabelecem.

Com efeito, esse crescimento acelerado da espécie humana, aprimoramento das capacidades - biológica e intelectual - e desenvolvimento das culturas, as relações entre esses fatores e o próprio ser humano tornam-se ainda mais complexas, alargando também a complexidade das condições materiais de sobrevivência.

Diante destas transformações a Educação também se reconfigura, passando da regulação familiar, para a regulação feita por instituições mais complexas e “agregadoras”, como por exemplo, a Igreja e/ou o Estado (SANTOS 2010), que por sua vez sofrem determinações políticas, econômicas, militares e culturais.

Neste sentido o espaço agrário também sofre suas modificações e - em contraponto à novidade e complexidade que é a formação dos centros urbanos - do campo começa a ser tirado seu caráter de desenvolvimento, a família do campo passa a receber um perfil de tudo aquilo que é primitivo, os homens e mulheres do campo ganham o estigma da ignorância inata e, como se não bastasse, o meio rural passa a ser visto como lugar de atraso e, portanto, de problema a ser eliminado para que haja a tão “sonhada” equalização social.

Entretanto o que aparenta ser de natureza orgânica e própria do desenvolvimento social brasileiro esconde em seu bojo, inúmeras contradições que de tão antagônicas nos remete à postura de reflexão e questionamento acerca desta realidade que em suas formas estruturais só tem aprofundado ainda mais as



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

desigualdades e colocado em estado de latência os inúmeros descompassos e anseios dos povos campo.

Partindo desse pressuposto a educação ganha destaque, já que ela, historicamente sempre atuou a serviço das classes dominantes, ora como sistema de adaptação, ora como sistema de manutenção da ordem vigente, através da exclusão, em cada tempo histórico. E sendo o Campo, um espaço que fora relegado ao patamar de insignificância, este se tornou o *locus* de maior agravamento das tensões sociais. Levando assim os povos que dele e nele vivem e sobrevivem a terem seus direitos educacionais constantemente negados, tornando ainda mais difícil o processo de superação dessa condição de marginalidade e opressão.

Por sua vez, a educação escolar enquanto instituição social passa a ganhar um caráter legitimador das forças produtivas que provoca nos homens e mulheres do campo aquele sentimento de marginalidade (exposto acima), pois não veem ao seu alcance a força material para combater o processo de desvalorização e expropriação de seus espaços. Ao tempo em que essa mesma legitimação estimula uma postura de passividade e condicionamento, já que supostamente a força simbólica (cultura) dos povos do Campo encontra-se em desvantagem frente à imposição cultural do sistema vigente – Capitalismo -, provocando assim a postura de não ruptura das relações de poder dominante.

Baseada nessa configuração está a Educação Rural idealizada para atender – de forma compensatória – aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e que “está na base do pensamento latifundialista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem” (FERNANDES & MOLINA in.: SANTOS 2010). Em outras palavras, o Estado brasileiro institui a escolarização rural, não com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de sujeitos críticos conscientes de seu papel na sociedade, mas apenas com a intenção de formar “proletários” (MARX, 1847) para o abastecimento da economia nacional



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

crecente e do capital estrangeiro. Percebe-se então todo um interesse capitalista por trás da ação educativa.

Nesse contexto a escolarização na educação rural é estabelecida de forma a utilizar saberes de pouca utilidade na vida dos camponeses, e não primando pelos conteúdos, subjugam os povos do campo colocando-os em condição de desvantagem diante do sistema social em ascensão: o Capitalismo. Na América Latina e, especificamente no Brasil, esse sistema social traz à tona, as desigualdades de maneira mais intensa, já que este se estabelece num modo de dependência aos países “desenvolvidos”, gerando por isso, relações antagônicas no modo de “desenvolvimento” nacional.

Daí, dentre outros setores sociais, tem-se como resultado na esfera educacional rural, a manutenção dos (as) trabalhadores (as) do campo, separando o trabalho manual do trabalho intelectual, “principalmente nas lavouras dos grandes latifundiários” (SANTOS 2010) onde,

A produção do trabalho alcança um patamar superior quando se separam o trabalho manual do trabalho intelectual. Este último passa a ser função privilegiada de certo seguimento da classe dominante, o qual se dedica a pensar. A tarefa exclusiva de pensar se enobrece enquanto se envilecem as tarefas exigentes do esforço físico, entregues aos indivíduos das classes dominadas e exploradas (GORENDER in: SANTOS 2010, p. 04).

Contextualizando melhor, a Educação Rural no Brasil data das décadas iniciais do séc. XX, a partir dos anos 30, – período em que o governo brasileiro surge com a escolarização pública no país que traz a ideia de universalização da educação, fazendo desta um direito de “todos” – com o objetivo de qualificar os (as) trabalhadores (as) rurais apenas para a execução do trabalho técnico agrícola. Em outras palavras, a desqualificação da educação escolar era fator fundamental para a formatação da modernização da produção agrícola numa perspectiva latifundiária, colonialista, que abria suas portas para uma industrialização



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

ancorada nos moldes de um sistema dependente e a mercê das vontades internacionais.

Dentro dessa concepção ruralista começa a ser moldada também a forma como se organizaria a escolarização dos (as) trabalhadores (as) do campo, e nessa configuração são estabelecidas as classes multisseriadas. De acordo com Santos (2010), essas classes tinham – e tem – por característica, a organização dos estudantes de vários níveis de ensino, num mesmo espaço (que nesse caso é a sala de aula). No entanto, essa multisseriação não tinha como objetivo a agregação e troca de saberes. Outrossim, para o Estado, esta traria como ação, apenas a aglomeração de indivíduos em pequenos espaços na tentativa de redução dos custos nacionais; reprodução de um currículo homogêneo e perpetuação de um sistema – capitalista – condicionante e explorador.

Para Rocha, Passos & Carvalho (2012, p. 01):

Esse panorama condicionou a história da educação brasileira e deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo: em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infraestrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo.

Desse modo percebe-se que a educação disponível à população do campo não apresentava políticas públicas específicas para atender as necessidades e anseios desta população. Ao inverso, o que se tinha eram apenas projetos de cunho assistencialistas e/ou compensatórios apenas no intuito de maquiar, mas não erradicar, os problemas estruturas existentes na realidade social e educacional dos sujeitos do campo.

E assim, a educação escolar no campo arrasta-se décadas a fio sob a égide da produtividade capitalista, colocando à margem do processo de transformação



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

social, povos que, mesmo tendo suas raízes fincadas na terra, ainda não conseguiram romper – porque lhes inculcaram a ideia de estarem sozinhos – com a condição de explorados e subjugados em seu próprio espaço e lugar: o Campo.

Como fora mencionado, a luta na terra e pela terra no território brasileiro é tão antiga quanto o período de sua “descoberta”. Desde muito tempo, o Brasil constitui-se um país predominantemente agrário - como uma sociedade agrário-exportadora tem no meio rural uma centralidade econômica, política e cultural – e assim permanece boa parte de sua história. Somente no século XX, é que a sociedade brasileira inicia um processo intensivo e, ainda assim descompassado, de urbanização e industrialização que mudam significativamente sua história. No entanto, a realidade do campo no Brasil, por ter sido historicamente colocada à margem deste “desenvolvimento”, trouxe grandes inquietações, lutas e inúmeras tentativas de ressignificação deste espaço na perspectiva da afirmação dos homens e mulheres camponeses – cada qual e todos com sua diversidade e cultura.

E tudo isso não se dá de forma isolada e desconexa do passado nacional, pois esta luta começa a partir do memento em que os europeus pisam o solo de Vera Cruz. Porque, diferente do que conta a história oficial, nossos índios não deram a terra de forma tão solícita e complacente. Ao inverso, o período inicial de colonização está marcado por lutas sangrentas, invasões arbitrárias; e carrega em suas costas um saldo estarrecedor de mais de 4 milhões de vidas indígenas ceifadas só na primeira metade do período colonial.

Daí percebe-se a incompatibilidade entre a dura realidade de um passado sombrio e a (falsa) história que afirmava ser, o Brasil, um território desabitado. A História real prova o contrário, já que os primeiros habitantes – os Índios – do nosso território, por sentir o sentido da escravização, exploração e violência gratuita em que eram acometidos em sua própria terra, lutaram em defesa da liberdade de seu povo.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

E sabemos que a história não foi diferente com os africanos e afro-brasileiros. Tantos anos de violência e subjugação provocados pelos colonizadores, levaram os negros a romperem com esse estado de coisa que se lhes impunham, trazendo para nossa realidade, como resultado dessas revoltas, a formação dos quilombos e, conseqüentemente, a luta pela liberdade e pela terra.

E é nesse contexto, de mais de 300 anos de colonização, 400 anos de escravidão indígena e negra, associado a um sistema agrário latifundiário e dependente das vontades internacionais, juntamente com a desvalorização do pequeno camponês, é que se encontra a Educação. Esta, por ter sido oferecida apenas aos “senhores da terra”, nem de longe o Estado brasileiro pensava uma educação que possibilitasse a construção da autonomia e emancipação da minoria marginalizada. A população do país, em especial os povos do Campo, não era prioridade nos antigos regimes instalados no Brasil. De acordo com Rocha, Passos & Carvalho (2012, p. 01):

Embora o Brasil sendo um país de origem eminentemente agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes e as matrizes curriculares centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder público pela oligarquia e nos moldes de cultura letrada europeia “urbanocêntrica”

Por esta razão surgem os mais diversos movimentos sociais de povos do campo, em busca da defesa desse espaço: o Campo, ao tempo em que propõe uma redefinição do pensar os homens e mulheres que nele e dele vivem.

Mesmo dentro de um sistema militarista – Ditadura Militar – a representação e participação dos camponeses no cenário nacional vão ganhando força e voz. As lideranças, representando seus povos, mesmo perseguidas buscaram – e ainda buscam - traçar um projeto político educacional que englobassem a realidade do campo com suas complexidades e peculiaridades,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

diversidades e população. E tendo em vista os anos de intensa imposição militar, que aqui no Brasil segue o séc. XX quase todo, e na contra mão, a intensa participação dos movimentos sociais, sindicatos e organizações do campo, a escolarização neste espaço ganha nova configuração,

[...] a educação do campo originou-se com as demandas dos movimentos camponeses na construção da política de educação para as áreas da reforma agrária. [...] a Educação do Campo é compreendida como um processo em construção, que contempla em sua lógica, uma política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo. [...] O atual modelo de desenvolvimento econômico predominante no campo – o agronegócio – não concebe a educação como uma política pública, pois toma como base os princípios do paradigma do capitalismo agrário que vem desenvolvendo a Educação Rural por meio de diferentes instituições, enquanto a Educação do Campo fundamenta-se nos princípios postulados pelos paradigmas da questão agrária, tendo os camponeses como protagonistas do processo (FERNANDES, in: SILVA 2010. p.05).

Nesta perspectiva, tais movimentos propõem políticas educacionais específicas que atendam a realidade do campo: compreendida desde a afirmação de seus sujeitos (indígenas, quilombolas, agricultores, ribeirinhos, etc.), até a afirmação de seu chão (a Reforma Agrária). Assim a educação escolar para o Campo ganha novo impulso e a partir da década de 90 vê assinalada a possibilidade de pequenas, mas significativas mudanças.

Os movimentos sociais e sindicatos do Campo pressionam ainda mais o Estado brasileiro para que haja, de fato, a consolidação de políticas educacionais para a Educação do Campo: uma escolarização voltada para esta realidade privilegiando os aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos, bem como o aspecto material que é a terra e o trabalho. Percebe-se então,

[...] um importante aceno já é dado pela LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 – e fortalecida com uma outra importante conquista recente para o conjunto de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

organizações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, no âmbito das políticas públicas, que foi a aprovação das 'Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo' – Parecer no 36/2001 e na Resolução 1/2002 do conselho Nacional de Educação (ROCHA, PASSOS & CARVALHO 2012, p. 02).

Daí propõe-se uma Educação do Campo e não mais “Rural”, já que a primeira atua para além da formação técnica e mercadológica do indivíduo. A Educação do Campo é outra forma de ver o processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos do campo, porque está associada a iniciativas de políticas públicas, que não dissocia Identidade, Educação e Trabalho e, por sua vez, nasce de movimentos sociais, da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, e da luta social. Ressignificando assim, a teoria e a prática educativa no Campo.

Nessa perspectiva a identidade destes povos vai sendo definida a partir de suas vivências e veiculada a sua cultura e saberes. O trabalho - antes visto como um fim em si mesmo que “justifica” a escolarização oferecida nos espaços educativos, na perspectiva ruralista – também se reconfigura tomando seu aspecto mais abrangente, tanto como produção cultural quanto produção material do campo e para o campo,

[...] pela sua veiculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade, nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, 2002, p. 37).

Portanto, se a efetivação de políticas educacionais para a Educação do Campo perpassa todos os aspectos de construção e/ou resignificação da identidade das mulheres e homens do campo. Isso no leva a acreditar que estas políticas pressupõem a apropriação já - por parte destes sujeitos - dos



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

conhecimentos acerca de sua realidade e de mundo, que articulem as relações: educação, trabalho, diversidade e desenvolvimento do Campo, com o próprio sujeito que faz parte desse espaço.

Partindo desta compreensão e visando a melhoria da qualidade da educação das Escolas Municipais de Planaltino e em especial as Escolas do Campo, é que foi pensada a formação continuada dos professores da rede educacional do Município tendo como resultado a criação do Programa de Formação Educa Planaltino (PROFEP). Este programa trouxe como pressuposto os princípios da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Básica (LDB) que institui “programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis” (LDB 1996. Art. 63º - III) e institui a periodicidade desta formação tanto a nível teórico quanto a nível prático.

Além do que fora mencionado, a formação continuada para as Escolas do Campo procurou abarcar temáticas que observem as proposições instituídas nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo no que se refere às modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental I, tendo em vista que a realidade destas escolas se insere no contexto das classes multisseriadas,

Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sociedades democráticas (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002).

Logo o PROFEP das Escolas do Campo, se apresentou com uma estratégia educacional para o fortalecimento e ressignificação da Educação do Campo, já que instrumentaliza os educadores e educadoras para a atuação na realidade das classes seriadas e multisseriadas.

Neste sentido acreditamos ter sido necessário que os educadores estivessem integrados na realização e execução dos momentos de estudos referentes às metodologias abordadas também pelo Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo, visando assim o fortalecimento da educação básica na perspectiva da autonomia e emancipação do sujeito, bem como o aperfeiçoamento e valorização do trabalho docente tendo em vista a função social que o mesmo deve assumir.

O objetivo deste programa foi, portanto, contribuir para a formação continuada dos professores, no sentido da apropriação dos conhecimentos didático-metodológicos inerentes às bases que sustentam a práxis pedagógica nos cotidianos escolares das Escolas do Campo. Bem como, incentivar os educadores que já conseguem apropriarem-se deste conhecimento, na perspectiva de que eles(as) consigam fazer deste processo formativo um instrumento de reflexão e atuação efetiva em sala de aula. E com isso buscou atuar na perspectiva da ressignificação deste espaço e reconstrução da identidade da Escola do Campo fazendo desta, de fato um lugar de construção de saberes socialmente significantes para a vida dos sujeitos que por ela passa e que, por sua vez tem suas trajetórias marcadas por tudo que vivência no universo escolar.

Para tanto, abordamos temas que perpassem fundamentalmente o diálogo acerca da Educação do Campo e seus desafios. Adentramos no campo da análise e efetivação das resoluções 10.639 e 11.645 que discorre sobre a obrigatoriedade de implementação do currículo de ensino da História da Cultura Africana,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Afrobrasileira e Indígena nas escolas brasileiras. Dialogamos sobre a prática da contação de histórias imersa no cotidiano como exercício de valorização da cultura oral. Entendendo que alfabetizar para a vida é uma das tarefas mais difíceis e desafiadoras existentes no processo de formação humana e constituição de sua autonomia discorremos sobre a necessidade da não dicotomização da Alfabetização e Letramento tendo em vista que a “leitura de mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1985).

Partindo desta perspectiva compreendemos como necessários os debates acerca das disciplinas e áreas de conhecimento que agregam a educação básica, sendo assim cada disciplina foi vista a partir do grau de abrangência que a mesma possui na ação educativa. Para isso faz-se necessário que o(a) educador(a) aproprie-se dos conhecimentos didático metodológicos inerentes à sua formação docente. Aqui a interdisciplinaridade entrou como fator determinante para a não fragmentação do conhecimento no universo escolar.

Traçando um paralelo entre as questões macro e micro, dialogamos sobre as estratégias de ensino que na maioria das vezes estão repletas de ideologia dominante e que descaracterizam os sujeitos que dessas estratégias se servem. Aqui a música ganhou destaque por se apresentar como um dos meios de comunicação de maior abrangência e rapidez na reprodução de ideias, muitas vezes equivocadas e intencionais, sobre o estar do sujeito na sociedade. Dialogamos, portanto sobre o papel da música na formação (ou deformação) da identidade destacando a importância da valorização da cultura e diversidade dos povos do campo.

Fechando o ciclo de formação para dado momento voltamos a dialogar sobre a Educação do Campo em termos gerais abordando-a na perspectiva dos programas federais Escola Ativa (que chega a seu fim) e PRONACAMPO (novo programa federal) buscando detectar o real sentido da implementação destes. A partir de tais reflexões voltamos a estudar o Projeto Político Pedagógico das



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Escolas Municipais do Campo buscando (re)construir um referencial que, de fato, atenda aos anseios da comunidade escolar.

## CONCLUSÕES

A formação continuada é fator determinante para que o educador reconheça e valorize sua função rumo à (re)significação da educação escolar no Campo. E isso só acontece quando este educador participa ativamente do processo de construção de sua práxis pedagógica. Portanto, a esfera institucional na representação da gestão escolar tem por função precípua oferecer condições para que as políticas públicas voltadas para a formação docente seja de fato efetivadas e o primeiro passo é justamente a formação continuada, que antes de tudo trata-se de um direito garantido por lei ao educador, e conseguinte vem como ação necessária para a construção da autonomia e emancipação do sujeito.

Se historicamente - no Brasil - a educação destinada à população do campo sempre funcionou de forma compensatória, na qual a falta de investimentos para este espaço e a utilização de métodos pedagógicos voltados para um projeto de formação descontextualizado com a realidade cultural do homem do campo, tornaram as Escolas do Campo um lugar marcado pela falta de perspectiva e esperança. Hoje, a possibilidade de transformação do Campo a partir da mudança real do pensamento contemporâneo, abrindo espaço para a proposta de Educação do Campo, começa por reavivar as esperanças e movimentar uma classe que outrora se via paralisada por conta dos moldes - capitalista latifundiário - instituídos na sociedade brasileira.

Sabemos que os desafios são imensos quando analisamos que a desvalorização da docência vem tendo reflexo predominantemente negativo na vida dos educandos que pelas escolas passam, o quadro se agrava ainda mais se partimos da análise da realidade estrutural em que esta desvalorização se



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

configura. Reconhecemos ainda que há muito o que se fazer para que a formação continuada avance para além das necessidades emergenciais do cotidiano escolar. E para que isso aconteça todos os atores sociais, que neste processo estão inseridos, necessitam aos poucos, irem se apropriando cada vez mais dos conhecimentos universalmente construídos no sentido de utilizar esses saberes em paralelo aos saberes locais, construindo um senso crítico, reflexivo e ativo sobre a realidade que se apresenta contraditória, mas que traz em seu interior os instrumentos para sua superação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002. *Institui as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Diário Oficial da União*, Brasília – DF, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. In \_\_\_\_ Col. Polêmicas do Nosso tempo, Editora Cortez, São Paulo, 1985.

FREIRE, P.; HORTON, M. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NÓVOA, Antonio. (coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa-Portugal, Dom Quixote, 1997.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 33.<sup>a</sup> ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SANTOS, Janio Ribeiro dos. *Da Educação Rural à Educação do Campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas*. IV Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade. De 22 a 24 de Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/IVcoloquio/>. Acessado em 02/03/2012.

SNYDERS, George. *Entrevista dada à Lourdes Estamato de Camilles*. PUC/SP, 1990.

ROCHA, Eliene Novaes. PASSOS, Joana Célia dos. CARVALHO, Raquel Alves de. *Educação do Campo: um olhar panorâmico*. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/>. Acessado em 02/03/2012.